

## 1.4

### 1.4.1 Anos Iniciais

118. O Ensino Fundamental segundo a Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 - que define "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, indica no Art. 7º que – “A organização das escolas indígenas e das atividades consideradas letivas podem assumir variadas formas, como séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”.

119. Sendo organizado em ciclos: o 1º reunindo os 1º, 2º e 3º anos, e o segundo Ciclo reunindo os 4º e 5º anos. Assim:

A proposta de organização dos três primeiros anos do Ensino Fundamental em um único ciclo questiona a concepção linear de aprendizagem que tem levado à fragmentação do currículo e ao estabelecimento de sequências rígidas de conhecimentos, as quais, durante muito tempo, foram evocadas para justificar a reprovação nas diferentes séries (DCNEF, 2013, p. 122)

120. Os ciclos dão uma sequência ao processo de ensino e aprendizagem, superando a “concepção de docência solitária do professor que se relaciona exclusivamente com a sua turma, substituindo-a pela docência solidária, que considera o conjunto de professores de um ciclo responsável pelos alunos daquele ciclo” (DCNEF, 2013, p. 122).

121. Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

- a alfabetização e o letramento;
- o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado de Matemática, de Ciências, de História e de Geografia;
- a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro;

- a avaliação deverá se basear em procedimentos de observação e registro das atividades dos (as) alunos (as) e portfólios de seus trabalhos, seguidos de acompanhamento contínuo e de revisão das abordagens adotadas, sempre que necessário. A inserção de “provas” está recomendada para o terceiro ano, contudo, não impede a aplicação de testes a partir do segundo ano, para que o (a) aluno se familiarize com esta modalidade avaliativa que faz parte da cultura escolar.

122. O segundo ciclo do Ensino Fundamental II compreenderá o quarto e quinto ano, tendo claro que os/as professores/as deste segmento também são alfabetizadores/as. Estes/as deverão dar continuidade ao trabalho realizado no primeiro ciclo, inserindo outros objetos de conhecimento e temas sugeridos nas disciplinas da Base Comum obrigatória e as temáticas diversificadas.

#### **1.4.11 Organização Curricular**

123. O Currículo das escolas indígenas é dinâmico e encontra-se em processo contínuo de avaliação e reformulação para dar conta de uma proposta de educação que não possui um modelo pronto. São muitas experiências que vão se consolidando a partir dos princípios educacionais dos povos indígenas.

124. Assim, o protagonismo indígena é refletido de modo significativo no processo de construção coletiva de projetos educacionais, de currículos específicos e de matrizes escolares.

125. A instituição escolar indígena ganha, com isso, novos papéis e significados. Hoje a escola indígena tem se tornado um espaço de afirmação de identidades e de pertencimento étnico, de valorização de modelos de vida específicos e principalmente de autonomia pedagógica e administrativa. Em 2013, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia publicou em diário oficial as primeiras matrizes de referência para as escolas indígenas do estado. No entanto, assim como o currículo é dinâmico, essas matrizes também as são. Dessa forma, durante o período de 2013 a 2021, essas matrizes sofreram alterações importantes com o propósito de atender os princípios educacionais das escolas indígenas, o que justifica apresentar as novas matrizes nesse documento.

**Eixo I: Múltiplas linguagens**

**Área do conhecimento:** Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

**Componentes curriculares:**

- Língua Portuguesa.
- Língua Indígena.
- Arte.
- Educação Corporal (Educação Física).

**Eixo II:** Conhecimentos socioambientais e matemáticos

**Áreas do conhecimento:** Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

**Componentes curriculares:**

- Matemática.
- Ciências da Natureza.
- História.
- Geografia.

**Parte diversificada:**

- Cultura e Identidade Indígena.

#### **1.4.1.1.1 O Eixo de Múltiplas Linguagens na escola indígena**

126. O Brasil é um país plurilíngue. Segundo dados do IBGE de 2010, além da língua portuguesa e línguas imigrantes, temos mais de 274 línguas indígenas sendo faladas no território brasileiro. Vale dizer, ainda, que além das línguas indígenas, há uma enorme variação do português falado pelos povos indígenas, o que marca nossa rica diversidade linguística. Assim, “esse é um dos motivos pelos quais as escolas indígenas e não-indígenas no país devem reconhecer e respeitar a imensa diversidade linguística aqui existente” (RCNEI, 1998).

127. A língua portuguesa na escola indígena “é um dos meios de que as sociedades indígenas dispõem para interpretar e compreender as bases legais que orientam a vida no país, sobretudo aquelas que dizem respeito aos direitos dos povos indígenas”(RCNEI, 1998, p. 121). Ensinar e aprender a língua portuguesa na escola indígena é construir estratégias de tradução e trânsito entre os mundos não indígenas, contribuindo para que os povos indígenas participem da construção de políticas públicas e de outras instâncias de poder na sociedade. Nesse entendimento, “a produção de textos indígenas em língua portuguesa contribui, também, em sentido inverso, para que a sociedade envolvente – e a humanidade como um todo – conheça melhor as sociedades

indígenas e, com isso, enriqueça-se culturalmente” (RCNEI, 1998, p. 121).

128. Os povos indígenas que possuem mais de uma língua originária têm o direito de incluí-las em seus currículos, promovendo os processos de fortalecimento, revitalização e retomadas das mesmas. O eixo de Múltiplas Linguagens deverá possibilitar a construção de políticas de línguas indígenas na escola, colaborando com os projetos societários de revitalização e retomada linguística desses povos.

129. O ensino de Artes levará em conta as expressões artísticas dos povos indígenas presentes nos rituais, na construção de tintas naturais e de moradias, produção musical, produção de artefatos, cultivo de alimentos, trabalhos com a pesca e outros elementos artísticos do cotidiano. Entendendo que “a arte não se constitui em algo que não muda, que se transmite através de gerações de modo inalterado” (RCNEI, 1998, p. 288), o ensino de Arte contemplará a arte indígena contemporânea, em suas distintas áreas: artes visuais (desenho, pintura, cinema, cerâmica, escultura e fotografia), literárias (drama, poesia e prosa) e performáticas (dança, música e teatro). Segundo o RCNEI (1998, p. 296):

A compreensão da arte como uma forma de expressão e comunicação, presente em diferentes sociedades, possibilita trabalhar melhor as diferenças[...]Permite compreender, ainda, que todos os seres humanos possuem as mesmas capacidades de criar, expressar ideias, imaginar, ser sensível, ter emoções, ter competência para desenvolver técnicas elaboradas, selecionar materiais e ampliar a percepção do mundo em que vivem (RCNEI, 1998, p. 292-293)

130. Seguindo a orientação do RCNEI e complementando-o, o ensino de Arte será organizado pelos temas: Arte, expressão e conhecimento; Arte e pluralidade cultural; Arte, patrimônio e identidade; Arte e tecnologias; e Arte, território e sustentabilidade.

131. A Educação Física na escola indígena será direcionada a partir de atividades que envolvam transmissão de conhecimentos e valores referentes ao uso do corpo, entendendo que as culturas indígenas possuem suas próprias formas de educação física(RCNEI,1998, p. 322). Assim:

além do banho de rio, podem ser consideradas formas indígenas de Educação Física: os ensinamentos e as práticas referentes à ornamentação e à pintura corporal, os ritos de iniciação (envolvendo resguardos, corridas, danças e cantos), as maneiras adequadas de confeccionar artefatos, plantar, caçar, pescar etc [...] quaisquer atividades envolvendo transmissão de conhecimentos e valores referentes ao uso do corpo pertencem à área da Educação Física (RCNEI, 1998, p. 322).

132. A partir do que preconiza o RCNEI (1998) o estudante indígena deverá a partir dos Eixo de Múltiplas Linguagens:

- compreender que o uso da linguagem verbal é um meio de comunicação e de manifestação dos pensamentos e sentimentos das pessoas e dos povos;
- reconhecer e valorizar a diversidade linguística existente no país;
- usar a(s) língua(s) do seu repertório linguístico para expressar-se oralmente, de forma eficiente e adequada às diferentes situações e contextos comunicativos;
- ser leitor e escritor competente na(s) língua(s) onde essas competências for(em) julgada(s) necessária(s) e relevante(s);
- compreender a arte como uma forma de expressão e comunicação presente em todos os povos, de diferentes tempos e lugares, reconhecendo a pluralidade cultural como um direito de todos os grupos sociais;
- compreender a importância da arte como patrimônio e como elemento formador da identidade étnica e cultural;
- refletir sobre as diferentes linguagens da arte (música, teatro, dança, artes visuais), como se apresentam em sua cultura e em outras, estudando a sua história, identificando e experimentando técnicas, materiais e recursos, procedimentos criativos e de apreciação;
- ampliar a imaginação, a percepção, a reflexão, a intuição, a fantasia, a observação, a sensibilidade e demais potencialidades necessárias à produção e apreciação da arte, bem como à construção de outros conhecimentos;
- valorizar as diferentes expressões artísticas de sua sociedade e o conhecimento de seus produtores;
- identificar aspectos que singularizam a arte de sua cultura frente a outras culturas, indígenas ou não;
- reconhecer a importância de registrar, conservar e divulgar as produções artísticas de sua sociedade e de outras, sabendo organizar informações e utilizar recursos, materiais, técnicas e procedimentos variados;
- conhecer e avaliar os elementos da cultura corporal de movimento da sociedade envolvente;
- construir uma educação corporal e uma vida mais saudável.

#### **1.4.1.2 O Eixo de Conhecimentos socioambientais e matemáticos na escola indígena**

133. Os projetos societários dos povos indígenas estão ligados às questões socioambientais, suas composições de territorialidades são perpassadas por conhecimentos matemáticos e de sustentabilidades. São nesses contextos, que a

escola indígena constrói suas práticas para a diferença, num entendimento que as produções curriculares são construídas em diálogos entre as comunidades e as escolas.

134. A matemática está presente em diferentes práticas nas comunidades indígenas, fazendo parte dos cotidianos. Os rituais, a farinhada, a panha de aroeira e mangaba, o barreio, a mariscagem, os grafismos das cestarias, as pinturas corporais, a pesca, a agricultura e outros saberes possuem matemáticas com manejos de quantidades, números, medidas, formas e relações geométricas. Assim, “o estudo da matemática contribui para o desenvolvimento de capacidades relacionadas ao raciocínio e à abstração [...] a matemática pode beneficiar o planejamento, a pesquisa e o gerenciamento de projetos de autoria dos próprios povos” (RCNEI, 1998, p. 160).

135. O ensino de geografia será perpassado pelas territorialidades dos distintos povos indígenas. “A geografia é isso: o povo, os lugares e suas paisagens, e a relação do povo com seu espaço em um determinado tempo histórico” (RCNEI, 1998, p. 224). É nos conhecimentos construídos pelos povos indígenas em seus territórios, em suas relações com as florestas, os mares, os rios, os mangues, a lua e suas cosmologias, que as escolas indígenas deverão fundamentar o ensino de geografia. Neste sentido, “a geografia permite, assim, conhecer e explicar o mundo por meio do estudo do espaço geográfico levando em conta o que se vê - as paisagens; o que se sente e com que a pessoa se identifica - os lugares; e o que são referências significativas para os povos e os indivíduos, para conviver, trabalhar, e produzir sua cultura – os territórios (RCNEI, 1998, p. 227).

136. A história é de suma importância para as comunidades indígenas. É pela reconstrução de suas histórias, que as comunidades têm retomado seus territórios, revitalizado suas línguas e outros elementos da cultura. Assim, “o estudo da História pode significar para os próprios povos indígenas a oportunidade de valorização das suas narrativas históricas. É o momento de estudo das relações de cada um desses povos com a sociedade nacional, em prol de direitos que assegurem a sua sobrevivência física e cultural” (RCNEI, 1998, p. 198).

137. O ensino de ciências está ligado à vida dos povos indígenas, à sustentabilidade das comunidades, ao manejo e extrativismo sustentável. Nesse sentido,

o estudo das ciências nas escolas indígenas justifica-se pela necessidade que essas sociedades têm de compreender a lógica, os conceitos e os princípios da ciência ocidental, para poderem dialogar em melhores condições com a

sociedade nacional e, ao mesmo tempo, apropriarem-se dos instrumentos e recursos tecnológicos ocidentais importantes para a garantia de sua sobrevivência física e cultural (RCNEI, 1998, p. 254)

138. É “ouvindo os mais velhos, observando a natureza ao redor, que as crianças e jovens aprendem sobre o comportamento dos insetos; identificam os sons emitidos pelos pássaros; conhecem os peixes e animais de seu território (RCNEI, 1998, p. 254). Em diálogo com o ensino de ciências, a educação alimentar e nutricional será incluída como um dos temas transversais, de acordo com Lei nº 13.666, de 2018. Somam-se a esse tema, os outros orientados pelo RCNEI: Terra e Conservação da Biodiversidade; Autossustentação; e Saúde e Educação.

139. A partir do que preconiza o RCNEI (1998) e das oficinas de escutas dos professores, lideranças, estudantes, e gestores indígenas realizadas em 2021, o estudante indígena deverá a partir dos Eixo de Conhecimentos socioambientais e matemáticos na escola indígena:

- saber identificar e utilizar os conhecimentos matemáticos como meio de compreender o mundo à sua volta;
- saber fazer uso de conhecimentos matemáticos na tomada de decisões;
- resolver situações-problema, por meio dos passos de reconhecimento do problema que tem de ser resolvido, enunciação desse problema, busca das soluções e avaliação dos resultados encontrados;
- saber transmitir ideias matemáticas fazendo uso da linguagem oral (em língua portuguesa e indígena) e saber relacionar enunciados com representações matemáticas;
- saber desenvolver a Matemática que está presente em diversas áreas, como História, Geografia, Linguística e Ciências, entre outras;
- sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social;
- reconhecer e organizar seu próprio conhecimento sobre o espaço geográfico;
- problematizar, ampliar, aprofundar esse conhecimento de modo a torná-lo instrumento para as ações sobre o espaço geográfico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
- organizar os modelos de representação e orientação no espaço geográfico, construindo a linguagem cartográfica de sua etnia;
- conhecer e dominar o modelo de representação e orientação da linguagem cartográfica não-indígena;
- identificar, expressar, divulgar e valorizar a maneira de se apropriar da

natureza de seu grupo étnico, desenvolvendo atitudes de autoestima positiva nos planos social e individual;

- reconhecer o seu conhecimento geográfico como também o de outros povos indígenas do Brasil e do mundo e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade;

- compreender as relações que os povos indígenas estabelecem entre si e com a natureza e desenvolver atitudes positivas com relação à preservação do seu território;

- conhecer os aspectos básicos da lógica da organização e apropriação do espaço geográfico do não-índio e comparar com sua lógica;

- problematizar ações de marginalização, racismo e preconceito da sociedade "brasileira", especialmente as do seu entorno, de modo a tornar o conhecimento um instrumento de luta e defesa do seu território e sua cidadania;

- compreender o lugar do homem e de sua morada no universo, tal como é concebido na cosmologia de seu povo e de outros;

- ter como base para o estudo de sua aldeia/território os principais problemas vividos por seu povo e poder formular questões, buscar informações em diferentes fontes (os mais velhos, livros, arquivos históricos, assessores, técnicos, vídeos etc), processar e analisar essas informações no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seu povo;

- ter autonomia intelectual, capacidade de saber analisar, de entender os espaços geográficos vividos e não vividos, de saber buscar a informação, pesquisar, fazer perguntas, tirar conclusões;

- identificar algumas características do modo de vida do seu povo;

- reconhecer alguns marcadores e medidas de tempo utilizados por sua comunidade e suas diferenças e semelhanças com os utilizados por outros povos;

- reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais;

- refletir criticamente sobre algumas das relações – do presente e do passado – entre povos indígenas, Estado e sociedade no Brasil;

- conhecer e saber utilizar alguns direitos territoriais e políticos, garantidos em lei aos povos indígenas no país;

- dominar alguns instrumentos para se movimentar em universos de valores alheios com autonomia e atitudes críticas;

- expor ideias, argumentar com clareza, respeitar diferentes pontos de vista e compartilhar ideias e conhecimentos;

- reconhecer algumas fontes de informação para estudos históricos, saber

- extrair delas alguns dados significativos e identificar suas linguagens;
- organizar alguns dos conhecimentos conquistados e representá-los por meio de algumas linguagens;
  - reconhecer e organizar seu próprio conhecimento sobre o espaço geográfico;
  - problematizar, ampliar, aprofundar esse conhecimento de modo a torná-lo instrumento para as ações sobre o espaço geográfico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
  - organizar os modelos de representação e orientação no espaço geográfico, construindo a linguagem cartográfica de sua etnia;
  - conhecer e dominar o modelo de representação e orientação da linguagem cartográfica não-indígena;
  - identificar, expressar, divulgar e valorizar a maneira de se apropriar da natureza de seu grupo étnico, desenvolvendo atitudes de autoestima positiva nos planos social e individual;
  - reconhecer o seu conhecimento geográfico como também o de outros povos indígenas do Brasil e do mundo e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade;
  - compreender as relações que os povos indígenas estabelecem entre si e com a natureza e desenvolver atitudes positivas com relação à preservação do seu território;
    - conhecer os aspectos básicos da lógica da organização e apropriação do espaço geográfico do não-índio e comparar com sua lógica;
    - problematizar ações de marginalização, racismo e preconceito da sociedade "brasileira", especialmente a do seu entorno, de modo a tornar o conhecimento um instrumento de luta e defesa do seu território e sua cidadania;
    - compreender o lugar do homem e de sua morada no universo, tal como é concebido na cosmologia de seu povo e de outros;
    - ter como base para o estudo de sua aldeia/território os principais problemas vividos por seu povo e poder formular questões, buscar informações em diferentes fontes (os mais velhos, livros, arquivos históricos, assessores, técnicos, vídeos etc), processar e analisar essas informações no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
    - ter autonomia intelectual, capacidade de saber analisar, de entender os espaços geográficos vividos e não vividos, de saber buscar a informação, pesquisar, fazer perguntas, tirar conclusões.

#### **1.4.1.3 Os Processos Avaliativos nos anos iniciais**

140. O ato de avaliar está diretamente ligado ao processo de ensino e aprendizagem. Ao avaliar, o professor indígena também reflete sua prática, (re)direcionando seus fazeres escolares. Na EEI, o processo avaliativo se insere num movimento de desconstrução do viés classificatório e punitivo, muitas vezes, presente em escolas não indígenas. Nesse sentido, os processos avaliativos nos anos iniciais estão assentados em uma perspectiva dialógica, considerando os distintos itinerários de aprendizagens, os contextos das salas de aula e para além delas. As escolas indígenas deverão construir políticas de avaliação que respeitem os sujeitos em situação de aprendizagens, tomando a avaliação como:

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo (HOFFMANN, 2008, p. 17)

141. Num posicionamento político-pedagógico, cabe enfatizar que os processos avaliativos na escola indígena não consistem em se submeter às avaliações externas, que não dialogam com as políticas curriculares para a EEI, tendo um caráter performático de ranking, que não interessam aos projetos societários das comunidades indígenas. Assim, interessa-nos uma “avaliação mediadora” (HOFFMANN, 1993), que seja materializada nas produções e paisagens curriculares de cada comunidade indígena, respeitando seus processos cosmológicos, espaços e tempos, em respeito a uma “justiça cognitiva” (SANTOS, 2008).

**142. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO.  
ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96, À RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2012 E AO PARECER  
CNE/CEB Nº 13/2012 ( Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena)**

<b>Dias Letivos:200</b>	<b>Semanas Letivas:40</b>	<b>Dias Semanais:05</b>	<b>Nº horas/aula/dia:05</b>
<b>EIXOS</b>	<b>ÁREAS DE CONHECIMENTO</b>	<b>COMPONENTES</b>	<b>Carga horária semanal por ano</b>

		CURRICULARES					
Eixo I – Múltiplas Linguagens	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias		Base Nacional Comum				
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
		Língua Portuguesa	4	4	4	4	4
		Língua Indígena	2	2	2	2	2
		Arte	1	1	1	1	1
		Educação Corporal (Ed. Física)	1	1	1	1	1
Eixo II – Conhecimentos Socioambientais e matemáticos	Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	Matemática	4	4	4	4	4
		Geografia	2	2	2	2	2
		História	2	2	2	2	2
		Ciências da Natureza	2	2	2		
	Parte Diversificada	Cultura e Identidade Indígena	2	2	2	2	2
<b>Carga Horária Semanal</b>			<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>
<b>Carga Horária Anual (40 semanas letivas)</b>			<b>800</b>	<b>800</b>	<b>800</b>	<b>800</b>	<b>800</b>
<b>Total geral de carga horária por ano</b>			<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>
<b>Horas - Aula Semanais</b>			<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>
<b>Horas/ Aula Anuais (40 semanas letivas)</b>			<b>800</b>	<b>800</b>	<b>800</b>	<b>800</b>	<b>800</b>

Notas:

- 1- O estudo da língua indígena dar-se-á na perspectiva da retomada e revitalização da língua de cada povo indígena. Desta forma, serão construídas políticas linguísticas curriculares nas escolas, respeitando os diferentes processos desencadeados pelas comunidades.
- 2- O ensino de arte se propõe a valorizar as possibilidades criadoras e discutir sua inserção na sociedade como elemento dinamizador e construtor de culturas, e, ademais, como agente de

formação da sensibilidade estética, incluídas todas linguagens artísticas, com destaque para arte e culturas indígenas. A música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.

- 3- Como integradores curriculares, serão adotados temas transversais a partir dos temas integradores do Currículo Bahia, bem como, de outros geradores que nasçam nos diálogos das comunidades.
- 4- A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa apenas ao aluno nas circunstâncias previstas na LDB.

#### 1.4.2 Os Anos Finais (6º ao 9º ano)

**143.** O Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental será organizado pela legislação vigente da Educação Escolar Indígena, respeitando as organizações comunitárias de cada povo.

144. Uma das características que merecem atenção das escolas indígenas nessa fase diz respeito à transição dos estudantes do 5º para o 6º ano, que muitas vezes ocorre de maneira abrupta. Assim, o Parecer CNE/ CEB nº 11/2010 declara que “os alunos ao mudarem do professor generalistas dos Anos Iniciais, para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante de muitas exigências que tem de atender, feitas pelo grande número de docente dos Anos Finais” (BRASIL, 2010). A BNCC reitera essa questão apontando para a necessidade de as escolas realizarem as adaptações e articulações necessárias no 5º e 6º ano, apoiando os estudantes nesse processo de transição, evitando ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso (BNCC, 2018, p. 59).

145. As Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos pontuam que esse nível deverá assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade. É no Ensino Fundamental que o estudante indígena terá as possibilidades de acessos aos conhecimentos não indígenas e, também, de fortalecer os conhecimentos do seu povo. Caberá, neste sentido, à escola indígena, construir propostas curriculares que relacionem os conhecimentos indígenas e não indígenas, garantindo o respeito às tradições e a construção de uma justiça cognitiva.

146. O Artigo 32 da LDB (Lei nº 9.394 de 20/12/96), determina os seguintes objetivos educacionais dos anos finais do ensino fundamental:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do

ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social(BRASIL, 1996).

147. Os objetivos educacionais supracitados estão estreitamente relacionados à leitura e produção textual, raciocínio lógico, compreensão e análise do ambiente, produção de condutas cidadãs e respeito às diferenças – não estando desvinculados da construção de práticas curriculares para fortalecimentos dos territórios, retomadas linguísticas, afirmação identitária e produção do Bem Viver.

#### **1.4.2.1 Organização Curricular**

**Eixo I:** Múltiplas linguagens

**Área do conhecimento:** Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

**Componentes curriculares:**

- Língua Portuguesa;
- Língua Indígena;
- Língua Estrangeira;
- Arte;
- Educação Corporal (Educação Física).

**Eixo II:** Conhecimentos socioambientais e matemáticos

**Áreas do conhecimento:** Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

**Componentes curriculares:**

- Matemática;
- Ciências da Natureza;
- História;
- Geografia.

**Parte diversificada:**

- Educação Digital/Agroecologia e Horticultura/ou outro CC a escolha da escola;
- Cultura e Identidade Indígena.

### 1.4.2.2 Os Processos Avaliativos nos Anos Finais

Os processos avaliativos nos anos iniciais do Ensino Fundamental estarão alicerçados no que recomenda a LDB 9.394/1996:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:(...)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; (...)

148. Em diálogo com os processos avaliativos dos anos iniciais, as políticas de avaliação dos anos finais seguirão os princípios da dialogicidade e da mediação. Desta forma, reiterando o RCNEI, assegura-se uma “prática de avaliação múltipla e contínua, com caráter formativo (e não eliminatório)” (RCNEI, 1998, p. 70).

**149. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO.  
ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96, À RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2012 E AO PARECER  
CNE/CEB Nº 13/2012 ( Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena)**

Dias Letivos:200	Semanas Letivas:40	Dias Semanais:05	Nº horas/aula/dia:05				
<b>EIXOS</b>	<b>ÁREAS DE CONHECIMENTO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>Carga horária semanal por ano</b>				
			<b>Base Nacional Comum</b>				
<b>Eixo I – Múltiplas Linguagens</b>	<b>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias</b>		<b>6º ano</b>	<b>7º ano</b>	<b>8º ano</b>	<b>9º ano</b>	
			<b>Língua Portuguesa</b>	4	4	4	4
			<b>Língua Indígena</b>	2	2	2	2
			<b>Língua</b>	2	2	2	2

		<b>Estrangeira</b>				
		<b>Arte</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
		<b>Educação Corporal (Ed. Física)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Eixo II – Conhecimentos Sócio ambientais e matemáticos</b>	<b>Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias</b>	<b>Matemática</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
		<b>Geografia</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
		<b>História</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
		<b>Ciências da Natureza</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	<b>Parte Diversificada</b>	<b>Educação Digital/ Agroecologia e Horticultura ou outro CC a escolha da escola</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
		<b>Cultura e Identidade Indígena</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Carga Horária Semanal</b>			<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>
<b>Carga Horária Anual (40 semanas letivas)</b>			<b>1000</b>	<b>1000</b>	<b>1000</b>	<b>1000</b>
<b>Total geral de carga horária por ano</b>		<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	
<b>Horas - Aula Semanais</b>		<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	
<b>Horas/ Aula Anuais (40 semanas letivas)</b>		<b>1000</b>	<b>1000</b>	<b>1000</b>	<b>1000</b>	

Notas:

1-O estudo da língua indígena dar-se-á na perspectiva da retomada e revitalização da língua de cada povo indígena. Desta forma, serão construídas políticas linguísticas curriculares nas escolas, respeitando os diferentes processos desencadeados pelas comunidades.

2- O ensino de arte se propõe a valorizar as possibilidades criadoras e discutir sua inserção da arte na sociedade como elemento dinamizador e construtor de culturas, e, ademais, como agente de formação da sensibilidade estética, incluídas todas linguagens artísticas, com destaque para arte e culturas indígenas.

3- Como integradores curriculares, serão adotados temas transversais a partir dos temas integradores do Currículo Bahia, bem como, de outros geradores que nasçam nos diálogos das comunidades.